

que resume de forma correcta muitos dos aspectos hoje em jogo no domínio das migrações na «Europa multicultural», para parafrasear o título da publicação. Sendo uma obra de divulgação, o registo de apresentação parece adequado. No entanto, não pode passar despercebida a ausência de uma visão europeia que ultrapasse o somatório das realidades nacionais que a compõem. Ora o âmbito das sínteses apresentadas e o contexto em que esta publicação foi preparada (um projecto com financiamento europeu) não deixam de sugerir a necessidade de opções políticas e instrumentos de intervenção de natureza comunitária. Sobre este aspecto, a autora nada nos diz. Ganha, portanto, a visão europeia comparada, perde a perspectiva integrada do tão invocado projecto europeu.

JOÃO FERRÃO

*Philip D. Curtin, Disease and Empire. The Health of European Troops in the Conquest of Africa*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, 256 páginas, ilustrações.

Philip Curtin é um dos mais prestigiados historiadores anglo-saxónicos, responsável por uma obra extensa e importante que, nalguns casos, abriu verdadeiras avenidas à investigação posterior. Foi, nomea-

damente, o que sucedeu com o seu trabalho pioneiro de quantificação do tráfico transatlântico de escravos, trabalho que desencadeou acesa polémica e inspirou dezenas e dezenas de estudos similares, numa verdadeira onda métrica que só recentemente se esbateu<sup>1</sup>.

Uma outra área onde Curtin foi pioneiro é a da história da medicina tropical, um campo verdadeiramente central para quem deseje compreender as vicissitudes da penetração europeia em África. Já na década de 1960 Curtin tinha dedicado três capítulos do seu magnífico *The Image of Africa* ao problema da doença tropical na relação dos europeus com o continente africano<sup>2</sup>. Depois disso, aqui e ali, foi voltando ao assunto em artigos e novos livros, ampliando o âmbito geográfico e cronológico da análise<sup>3</sup>. *Disease and Empire*, a sua obra mais recente e que aqui se recenseia, insere-se precisamente nesse esforço de alargamento da análise das problemáticas da medicina tropical. Trata-se de um estudo que incide sobre o período que vai da

<sup>1</sup> Philip D. Curtin, *The Atlantic Slave Trade: a Census*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1969.

<sup>2</sup> Id., *The Image of Africa. British Ideas and Action, 1780-1850*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1964.

<sup>3</sup> V., em particular, id., «Epidemiology and the slave trade», in *Congrès international des africanistes*, Paris, Présence Africaine, 1972, pp. 87-114, e *Death by Migration. Europe's Encounter with the Tropical World in the Nineteenth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, Cambridge, 1989.

década de 1860 ao início do século XX e no qual se analisa a situação sanitária dos dois maiores exércitos coloniais, o francês e o inglês.

A obra divide-se em oito capítulos, com uma breve retrospectiva final. O primeiro desses capítulos visa fazer uma sinopse do cenário epidemiológico e médico africano até meados do século XIX. Explica as condições de infecciosidade e de propagação das doenças mais mortíferas para o europeu — a malária, a febre-amarela e as infecções gastro-intestinais, responsáveis, em conjunto, por 94% dos óbitos por doença. Esse capítulo tem uma pequena conclusão, que ajudará a pôr algumas ideias em ordem, mas é talvez demasiado telegráfico para quem não tenha já algumas noções de epidemiologia, o que prejudica a inteligibilidade do assunto.

Nos capítulos seguintes Curtin incide sobre campanhas específicas. Em vez de estudar a relação entre a doença tropical e a ideia de império a partir da miríade de pequenas campanhas que efectivamente tiveram lugar, o autor opta por centrar a análise nos episódios mais conhecidos e melhor documentados. Assim, o capítulo 2 debruça-se sobre a campanha inglesa na Etiópia, em 1867-1868, e o capítulo 3 sobre a incursão britânica no reino de Ashanti, em 1874. Essas duas iniciativas militares, que não eram ainda esforços de ocupação territorial, contribuíram para dar às opiniões públicas europeias a ideia de que a doença tropical tinha sido dominada e de que os custos hu-

manos que resultariam de uma eventual conquista de África seriam relativamente baixos (p. 30). Tratava-se, porém, como Curtin mostra, de uma projecção desfocada. É certo que na campanha de Ashanti tinham morrido apenas 2,7% dos militares europeus, mas a maior parte desse sucesso decorria pura e simplesmente do acaso e da sorte. Igualmente enganosos eram os resultados sanitários da campanha da Etiópia. A reduzida mortalidade entre as tropas brancas ficou essencialmente a dever-se ao facto de não haver malária nem febre-amarela nessa região. Em contrapartida, as mortes entre os auxiliares africanos e asiáticos que acompanhavam o exército foram elevadas — sobretudo devido à febre tifóide. Todavia, o verdadeiro custo em vidas de toda a expedição não foi devidamente percebido na época porque a grande maioria dos mortos não eram europeus (p. 48).

Apesar de a imprensa ocidental se ter deixado embalar pelo suposto triunfo e adaptação da medicina às guerras africanas, os auspiciosos resultados dessas duas campanhas eram praticamente impossíveis de repetir com os conhecimentos e meios disponíveis na época. No quarto de século seguinte nenhuma expedição francesa ou inglesa no mundo tropical (excepção feita à campanha de 1895-1896 no Ashanti, na qual não chegou a haver combates) teve uma tão lisonjeira taxa de mortalidade por doença. O resto do livro de Curtin estuda, precisamente, essas campanhas, as baixas que impli-

caram e o impacto dessas baixas na opinião pública.

Assim, o capítulo 4 debruça-se sobre o conjunto de acções militares inglesas e francesas na área delimitada pelo Senegal e pelo Níger no período posterior a 1879, convencionalmente considerado o início do *scramble for Africa*. Curtin constata que, com a excepção já referida atrás, tanto os contingentes franceses como os ingleses sofreram importantes perdas humanas devido à febre-amarela e à malária. Mas, curiosamente, as altas mortalidades relativas dessas campanhas não provocaram uma grande preocupação pública (p. 89). E porquê? Em primeiro lugar, porque os efectivos utilizados eram limitados e as baixas passaram de certa forma despercebidas. Depois, porque muitos dos militares eram africanos. Por fim, porque o exemplo da campanha do Ashanti na década de 1870 ainda se conservava vivo nas memórias e havia a tendência para explicar os maus resultados dos anos seguintes como uma consequência do azar ou do mau planeamento.

O capítulo 5 analisa a etiologia de certas doenças transmitidas através da água — em particular, da febre tifóide — e a forma como as autoridades médicas britânicas procuraram controlar o problema na guarnição militar que servia no Egipto. No que tocava à preservação da saúde dos militares em aquartelamento, a medicina preventiva fazia enormes progressos nesse final do século. Mas a situação era menos positiva no que

respeitava às tropas em movimento. Os capítulos 6, 7 e 8 tentam explicar porquê, ilustrando essa explicação com as campanhas francesas e inglesas no Norte de África nas décadas de 1880 e 1890, com a campanha francesa de 1895 em Madagáscar e, finalmente, com a guerra anglo-bóer de 1899-1902. Essas e outras campanhas militares vieram acordar as consciências para uma realidade menos risonha do que haviam imaginado duas ou três décadas antes: a conquista do mundo tropical custava um elevado preço em vidas porque a medicina ainda não domesticara convenientemente o «clima» africano.

Feito este rápido périplo, importa dizer que o livro de Curtin não é uma história da medicina militar na conquista de África. É bem verdade que ao longo das suas páginas o autor nos revela como os médicos militares foram pioneiros em muitos dos avanços da medicina preventiva e como os departamentos médicos do exército e da marinha começaram a responder às crises sanitárias com medidas empíricas — a ventilação, a limpeza, o uso profiláctico do quinino, a purificação da água (por ebulição ou filtração) — que contribuíram para reduzir as taxas de mortalidade dos europeus. Mas essa informação é, digamos, um aspecto colateral da obra. Mais do que um relato das políticas e práticas da medicina militar em África da década de 1860 em diante, *Disease and Empire* procura, acima de tudo, perceber a relação entre doença e imperialismo no processo de conquista de África, o

custo humano do *scramble* e a forma como os políticos e as populações reagiram a ele. E, nesse plano, as perguntas que Curtin coloca e as conclusões a que chega são a vários títulos interessantes.

De facto, e tendo em conta o elevado risco de morte na África tropical, como explicar que os governos europeus estivessem dispostos a sacrificar massivamente as vidas dos seus soldados? Como explicar que os soldados se dispusessem a jogar com a própria vida? Para Curtin, a resposta a estas questões é uma resposta a dois tempos: ignorância, primeiro; complacência, depois. Até 1850, aproximadamente, não haveria uma consciência plena do risco. Os europeus sabiam que a África era insalubre, mas não até que ponto o era. A nível psicológico, haveria também a convicção de que as eventuais vítimas seriam de algum modo culpadas pela doença, porque certamente se teriam esquecido de respeitar algum dos vários interditos de natureza higiénica então em voga. Mas, posteriormente, à medida que as campanhas se sucediam e que os hospitais e cemitérios viam chegar os que caíam vítimas das «febres», a ignorância cedeu perante um acumular de informações. No entanto, essas informações não trouxeram consigo uma recusa da ideia imperial em África nem grandes manifestações de repúdio por políticas que implicavam o sacrifício pouco honroso de um número elevado de soldados. Na década de 1880 tinha-se verificado uma mudança da opinião pública relativamente aos custos da doença em

África. Reconhecia-se que as mortes eram surpreendentemente altas, mas considerava-se que valia a pena, atendendo ao muito que haveria a ganhar. A miragem do lucro e a concorrência nacional que começava a perfilar-se no horizonte haviam gerado uma complacência ocidental para com a perda de vidas em África.

Um aspecto criticável do livro de Curtin diz respeito ao âmbito muito restritivo do estudo, que, como se referiu, incide apenas sobre as acções militares de ingleses e franceses. O critério que presidiu a essa escolha é enunciado logo no princípio da obra e obedece, basicamente, àquilo que o autor considera ser o nível de importância das forças em jogo. Efectivamente, considera-se aí que franceses e ingleses seriam os *main players* em África, enquanto portugueses e outros europeus estariam apenas *on the sidelines* (p. 1). Ora, há aqui, a meu ver, um critério mal calibrado. Convém não esquecer que em meados do século XIX Luanda teria cerca de 6000 habitantes (dos quais 1700 brancos e equiparados), o que fazia dela uma cidade enorme para os padrões da África tropical. Era, além disso, a capital de uma colónia que dispunha de um exército considerável, reforçado com contingentes auxiliares fornecidos pelos chefes vassallos. O que, convenhamos, parece demasiado substancial para ser colocado *on the sidelines*.

Por outro lado, e mesmo que nos limitemos ao período posterior a 1850, importa assinalar que a activi-

dade militar dos portugueses no interior de África antecedeu a de ingleses e franceses. Portugal antecipou-se ao *scramble for Africa*, penetrando e lutando no Cassange, no Sul de Angola, em Moçambique. É verdade que os contingentes utilizados foram, geralmente, da ordem das centenas e que as conquistas então efectuadas não foram duradouras. Uma ou duas décadas depois os conquistadores tinham refluído para a costa. Como bem notou Pélissier, os portugueses de 1850 a 1880 «não souberam encontrar os recursos económicos e a vontade política necessários para tomar posse das terras de entre as duas costas oceânicas. Sem ter, na altura, rivais europeus que se interessassem pelo interior, perderam uma oportunidade histórica que nunca mais se lhes apresentaria»<sup>4</sup>. Mas, ainda que nem sempre tivessem obtido resultados militares consistentes, as incursões militares existiram e deveriam constituir, no contexto das preocupações de Curtin, um objecto privilegiado de estudo. É que as campanhas coloniais portuguesas foram, tal como aconteceu com as suas congéneres francesas e inglesas, fortemente marcadas pela doença infecto-contagiosa. Evoque-se, a título de exemplo, a epidemia de febre-amarela no Norte de Angola que dizimou o exército recém-chegado da metrópole em 1860, ou, em Moçambique, o impacto da cólera e da malária nas suces-

sivas campanhas contra o Bonga, levadas a cabo a partir de 1867. O facto de ter ignorado por inteiro a rica experiência militar e médica portuguesa constitui uma lacuna num livro cujo subtítulo indica uma pretensão generalizante: *The Health of European Troops in the Conquest of Africa*.

Não obstante essa lacuna, a obra de Curtin tem um grande interesse geral e comparativo, em particular numa altura em que a opinião pública e os políticos ocidentais começam a ser confrontados com os inesperados e ainda mal compreendidos níveis de mortalidade entre os militares que actuaram no golfo Pérsico e no território da ex-Jugoslávia. Para o leitor português especificamente interessado em história colonial, *Disease and Empire* vale, sobretudo, pelas perspectivas que abre a respeito de um tema praticamente ignorado pela historiografia nacional: a medicina tropical no século XIX e a sua relação com os projectos imperiais.

JOÃO PEDRO MARQUES

*Alice Mendonça, Crises de Mortalidade no Concelho de Évora (1850-1900)*, pref. Teresa Rodrigues, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

<sup>4</sup> René Pélissier, *Les guerres grises. Résistance et révoltes en Angola (1845-1941)*, Ed. Pélissier, Montamets, 1977, p. 72.

Alice Mendonça defendeu a sua dissertação para obtenção do grau de mestre em Demografia Histórica e